



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Desembargador José Alberto Weiss de An-  
drade*

*19/03/2018*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Artur Marques da Silva Filho (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Alberto de Oliveira Andrade Neto (filho do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador **José Alberto Weiss de Andrade**, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

Familiares, amigos e colegas de Magistratura homenagearam o desembargador José Alberto Weiss de Andrade, no Palácio da Justiça, em mais um evento da **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante**. O objetivo do projeto é resgatar o exemplo deixado pelos magistrados de outrora às atuais gerações.

Weiss de Andrade nasceu em 19 de março de 1926, na cidade de Três Corações (MG). Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais em 1948 e ingressou na Magistratura paulista no ano de 1954, passando pelas comarcas de Lins, Presidente Bernardes, Monte Aprazível, Guaratinguetá e Capital. Foi promovido a juiz do extinto Tribunal de Alçada Criminal em 1977 e a desembargador do Tribunal de Justiça três anos depois. No TJSP, assumiu a diretoria da Escola Paulista da Magistratura no biênio 1989/1990, sendo reeleito para o biênio seguinte. Assumiu a Corregedoria Geral da Justiça para completar o biênio 1992/1993. Foi eleito 1º vice-presidente para o biênio 1994/1995 e, após alguns meses, eleito presidente da Corte diante da aposentadoria compulsória do então presidente, desembargador Francis Selwyn Davis.

O desembargador **Artur Marques da Silva Filho** discursou em nome da Corte:

Exmo Sr. Des. Manoel de Queiroz Pereira Calças, DD Presidente deste Egrégio Tribunal, cuja devoção à causa da Justiça é sempre exteriorizada em seus pronunciamentos e que, pela sua cultura jurídica, muito dignifica e honra as nossas tradições.

Exmo. Sr. Des. Mario Devienne Ferraz, ilustre coordenador do programa Agenda 150 Anos da Memória Histórica do Tribunal Bandeirante, cujo comprometimento com o Judiciário Nacional é sempre demonstrado, e que substituiu neste programa o culto Des. Ricardo Henry Marques Dip.

Peço licença para, nas pessoas de Vossas Excelências, saudar todas as autoridades presentes, os eminentes Desembargadores e Juízes, membros do Ministério Público, Procuradores do Estado, Defensores Públicos, Advogados, nossos queridos funcionários. E, na pessoa de Dona Maria Thereza, saudar todos os familiares e amigos do nosso homenageado, Des. José Alberto Weiss de Andrade, e especialmente seus ex-alunos de minha Turma da Faculdade de Direito “Padre Anchieta”, de Jundiá, do ano de 1976.

Ao aceitar a delicada incumbência, fiquei comovido e senti agradável emoção. Em abril de 2014 instituiu-se a Agenda 150 anos da Memória Histórica do Tribunal Bandeirante, resgatando as lembranças mais honrosas do sesquicentenário, a se comemorar em 2024. Trata-se de componente indispensável para o aperfeiçoamento da instituição, razão pela qual agradeço a deferência, que muito me honrou.

É sempre mais fácil homenagear aqueles que não conhecemos bem. Podemos salpicar ali alguns elogios abstratos, genéricos, de que quaisquer pessoas normalmente são merecedoras. Tarefa mais árdua é homenagear aqueles que conhecemos bem, especialmente quando seus predicados são muitos, como é o caso do saudoso Desembargador José Alberto Weiss de Andrade, que percorreu 89 anos de uma vida muitíssimo rica.

Os caminhos do destino são traçados por Deus, porque muitos são os encontros que Ele nos reserva. Não poderia ter sido escolhida melhor a data, 19 de março, dia do nascimento de nosso homenageado.

Nascido em Três Corações, Minas Gerais, em 1926, José Alberto formou-se em 1948 pela UFMG e ingressou na Magistratura bandeirante em 1954, passando pelas comarcas de Lins, Presidente Bernardes, Monte Aprazível, Guaratinguetá, São Miguel Paulista e pela extinta vara distrital da Casa Verde, aqui na capital. Foi promovido ao Tribunal de Alçada Criminal em 1977, e presidiu aquela Corte em 1980, para completar o biênio 1980/1981. Em 1981 chegou ao Tribunal de Justiça, onde foi Corregedor-Geral no biênio de 1992-1993, Vice-Presidente e Presidente no biênio de 1994-1995, tendo inclusive atuado como Governador do Estado de São Paulo em setembro de 1994.

Paralelamente à carreira de Magistrado, Weiss de Andrade foi professor de Direito Comercial, primeiro na



Faculdade Padre Anchieta, de 1970 a 1989, e em curso preparatório para concursos entre 1987 a 1993. Sua vocação para o ensino foi coroada na nossa Escola Paulista da Magistratura, da qual foi o primeiro Diretor, em 1988, com reeleição para um segundo biênio em 1990.

No âmbito familiar, conheceu sua esposa, dona Maria Thereza, em 1951, quando ela estava em Três Corações ajudando uma parente com a mudança. Casaram-se em 1955 na cidade do Rio de Janeiro na igreja de São Judas, em Laranjeiras.

Para fazer uma homenagem justa seria necessário cobrir, com cuidado, cada um desses aspectos da vida do insigne Magistrado – isso é o que merecem pessoas da importância de Weiss de Andrade. Como o tempo é limitado, contudo, preferi dar um testemunho decorrente da minha relação pessoal e profissional com ele. Se nos faltam tempos e luzes, não nos falta o coração, que não é mau conselheiro: como disse São Paulo, é pela caridade, pelo amor, que veremos face a face, e que conheceremos como somos conhecidos. Ia o ano de 1973 quando, eu nos bancos da faculdade, conheci o então juiz Weiss de Andrade, que era um dos titulares da vara distrital da Casa Verde. O professor era um homem alto, simpático, com voz forte. Usava dois óculos alternadamente, e se movimentava muito na sala, sempre com a altivez que lhe era peculiar. Era enfático nas suas preleções e despertava nossa curiosidade citando autores como Rubens Requião, João Eunápio Borges dentre outros. Nossas colegas de classe, Vera e Natalina, ambas secretárias, estenógrafas, se encarregavam de anotar tudo o que ele falava e depois, pelo Arlindo, compartilhavam conosco essas anotações cuidadosamente reproduzidas no mimeógrafo.

Esse apoio mútuo dos colegas era especialmente importante porque Weiss de Andrade era um professor exigente. Muito sério tanto nas aulas quanto nas provas, o que gerava um grande número de alunos em segunda chamada, que era oral.

Essa seriedade e exigência, porém (e aqui está o ponto importante!), eram acompanhadas de muita simpatia: o professor Weiss era bem humorado, alegre, muitíssimo bem disposto, e, para minha alegria, teve gosto de aproximar-se da nossa turma. Até bem recentemente, inclusive, acompanhado de seu ilustre filho, Des. Alberto de Oliveira Andrade Neto, esteve em Jundiá, numa comemoração em que nossa turma se reuniu na chácara do “Fuinha”.

Creio que aqui haja uma lição importante: Weiss de Andrade demonstrava, por meio de sua conduta – e talvez inadvertidamente –, que a seriedade e a dedicação ao serviço bem feito são virtudes ainda melhores quando se associam com a alegria, sempre cômico de que simpatia não é sinônimo de falta de compostura ou de gravidade.

Esse contato do aluno que eu era com o respeitável professor rendeu inestimáveis frutos, para a minha sorte.

Passados os anos, já no fim da década de 80, quando eu mesmo já havia ingressado na Magistratura de São Paulo, tive a oportunidade de lecionar ao lado de José Alberto na faculdade e, por ele convidado, num curso preparatório para concursos.

Mais que isso, ele em mim depositou confiança tal que convidou-me a integrar sua equipe na Corregedoria Geral da Justiça entre 92 e 93. Incumbiu-me da espinhosa tarefa do exame e preparo dos processos disciplinares contra juízes. Se houve algo que facilitou o desempenho dessa função foi o conselho que me deu: “continue sendo justo, porque a maior expressão da justiça é quando se precisa criticar os seus pares”.

A vida prosseguiu e, tendo ele sido eleito Vice-Presidente, convocou-me novamente, somente sendo “desconvocado” quando promovido ao extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil.

Nesse período da minha atuação profissional, as dificuldades que encontrei foram compensadas pela convivência mais próxima, na judicatura, com meu saudoso mestre. Isso porque, professor exímio, era capaz de ensinar sem dirigir palavra aos pupilos. Ensinava pelo exemplo. Sempre pelo bom exemplo. Era intransigente com qualquer tipo de negligência ou corrupção. Extremamente justo, repudiava qualquer tipo de repressão ou autoritarismo. Era desprovido de maldade e de fel. Contudo, vocacionado para o julgar, Weiss de Andrade sabia o valor da autoridade, exercida nos estritos limites da lei e da necessidade, não se furtando a empregá-la, com muito pragmatismo, a bem da justiça.

Há uma passagem da obra “Eles, os juízes”, de Piero Calamandrei, que retrata fielmente o Magistrado Weiss de Andrade, quando afirma: “é difícil para o juiz encontrar o ponto de equilíbrio justo entre o espírito de



independência em relação aos outros e o espírito de humildade em relação a si mesmo: ser altivo sem chegar a ser orgulhoso, e, ao mesmo tempo, humilde sem ser servil. [...] Para o juiz, a verdade deve contar mais que a prepotência alheia, e mais também que seu amor próprio”.

Esse era o Magistrado Weiss de Andrade, que muitos aqui conheceram. Gostaria, no entanto, de lembrar a pessoa de José Alberto, sentindo-me muito privilegiado por ter podido compartilhar também de sua amizade.

Dentre as inúmeras bondades que José Alberto a mim destinou, destaco, com especial carinho, a gentileza que teve em receber-me em sua casa, no bairro da Aclimação, para diversas refeições.

Dizem que só se conhece de fato alguém quando em sua companhia se partilha o pão. Também esse privilégio tive com José Alberto. Nessas refeições, destacava-se o zelo e o carinho respeitoso de Dona Therezinha, que sempre nos recebia com alegria. Além disso, gostava de se informar sobre a Nieta, meus sogros e meus filhos. Os assuntos iam, com espantosa velocidade, das mais sérias questões a respeito da política e do Judiciário – do que José Alberto sempre estava a par – às mais leves traquinagens das crianças – para as quais sempre tinha bons conselhos e soluções.

O contato com sua vida privada permitiu-me perceber que ele era apreciador da boa música e da boa literatura, que devorava incansavelmente. Gostava de leitura e, quase sempre, estava lendo ao mesmo tempo três ou mais livros. E com descrição pormenorizada questionava os textos e os seus autores.

Música clássica também era como um hábito. Assíduo frequentador do Teatro Municipal e da Sala São Paulo, assinava o “Mozarteum” e sempre comentava sobre as óperas de que mais gostava. Lembro-me de um episódio especialmente marcante em que, durante uma discussão sobre um processo disciplinar na Corregedoria, Zé Alberto disse-me que o juiz cujo caso discutíamos era “um barítono de caráter”. Confesso que, como disso eu não entendia, ele teve de me explicar a diferença artística entre “barítono de caráter” e “barítono bufo”. Assim era Weiss, culto e sagaz.

Sua personalidade era bem original, e não escondia sua mineirice, bem difundida pelo poeta José Batista de Queiróz quando disse: “ser mineiro é ser conservador, é cultivar as letras e artes, é ser poeta e literato, é gostar de política e amar a liberdade, é viver nas montanhas, é ter vida interior, é ser gente”.

José Alberto Weiss de Andrade nasceu no mesmo dia de José de Anchieta, e por isso gostaria de trazer algumas das sábias palavras daquele que foi um dos fundadores desta cidade: “**E ponde na cobiça um freio duro, e na ambição também. Pois essas honras vãs, esse ouro puro verdadeiro valor não dão à gente. Melhor merecê-los sem os possuir do que possuí-los sem merecê-los**”.

Zé Alberto nos deixou em 1º de novembro de 2015. “Ao vencedor”, diz a Escritura, será dada “uma pedra branca, e na pedra estará escrito um novo nome que ninguém conhece, a não ser quem o recebe” (Apocalipse, 2, 17). A nós, que aqui estamos, ficam o exemplo e a gratidão.

**Muito obrigado.**

Em nome da família, discursou o desembargador **Alberto de Oliveira Andrade Neto**, filho do homenageado:

Estamos aqui hoje para prestarmos uma homenagem póstuma a meu pai, JOSÉ ALBERTO WEISS DE ANDRADE. E, em se tratando de uma homenagem póstuma, é de todo inevitável que surja em nosso espírito a questão sempre angustiante da morte.

Quando nos deparamos com a perda de alguém de nossa família ou de um amigo, somos tomados pela angústia, pela interrogação e até mesmo pela revolta. A morte é, sem dúvida, o acontecimento mais temido pelo homem, pois, sendo ele o único, dentre todos os seres, que tem consciência dela, percebe-se finito e passageiro na vida. Quando o homem passou a compreender, na expressão de Heidegger, que é um ser-para-a-morte, não mais conseguiu se livrar do sentimento angustiante de uma existência finita.

Não há pensador na história da humanidade que não tenha se deparado e enfrentado a problemática da morte.

Mas, dentre todos, que me seja permitido, Sr. Presidente, lembrar apenas um deles, exatamente aquele que, praticamente, inaugurou a reflexão filosófica na cultura ocidental. Falo de Sócrates.

Sócrates, como todos nós sabemos, foi condenado à morte por seus contemporâneos atenienses, sob a acusação



de, ao negar os deuses, ameaçar as tradições culturais e religiosas da polis e corromper a juventude.

A execução da pena teve que ser adiada por trinta dias, porque sua condenação coincidiu com a partida de um navio oficial para o Santuário de Delfos. Segundo a tradição ateniense, todo ano, um navio oficial teria que ser enviado ao santuário para comemorar a vitória de Teseu sobre o minotauro. Enquanto o navio não retornava dessa missão, nenhum condenado poderia ser executado.

Durante esse período de espera da morte, Sócrates o aproveita para debater vários temas com seus discípulos, dentre eles, o tema de sua própria morte.

Sobre a morte, dirá Sócrates: ninguém sabe o que é a morte, nem se, porventura, será para o homem o maior dos bens; todos a temem como se soubessem ser ela o maior dos males. A ignorância mais condenável não é essa de supor saber o que não se sabe?

Então, para que temer algo que não sabemos como é?

Agir com destempero, com dramaticidade, com revolta com relação à morte é, na concepção socrática, não agir com sabedoria; é não agir guiado pela razão, pelo conhecimento, pela crítica. Se a morte for a passagem para um lugar bom, então porque ficar triste quando alguém morre?

Se, por outro lado, for um nada, se não há nenhuma sensação, se é como um sono em que o adormecido nada vê, nem sonha, que maravilhosa seria a morte.

Significativa para a compreensão que Sócrates dava à morte é a passagem em que ele, ao se despedir dos juízes que o condenaram, diz o seguinte: “Bem, é chegada a hora de partirmos, eu para a morte, vós para a vida, quem segue melhor rumo, se eu, ou vós, é segredo para todos, menos para a divindade”.

Sócrates era um homem que valorizava mais as virtudes da alma do que as do corpo. Tinha grande desapego às coisas materiais e o que delas advém; riqueza, poder e fama. O que torna o homem melhor, mais humano, mais nobre, na visão socrática, é uma prática voltada para o conhecimento e não para o gozo desmedido dos prazeres materiais.

Isso explica sua lição de não temer a morte. Não a teme porque entende que ela não é o fim da existência humana. Essa existência permanece viva depois da morte nas obras do homem, seja n sua produção teórica ou nos seus exemplos, que passam a ser referência para outras gerações.

Isso significa o seguinte: ao tomarmos consciência de nossa finitude, tomamos consciência também de nossa infinitude. Somos ao mesmo tempo ser finito e infinito. Participamos da finitude devido à nossa condição biológica: nascemos, crescemos e morremos. Mas também participamos da infinitude através de nossas ideias, comportamentos, exemplos e realizações, as quais permanecem e se eternizam na memória de quem nos sucedem.

Se assim é, conforme nos ensina Sócrates, o que devemos realmente valorizar é a vida, melhor dizendo, para que participemos da infinitude é necessário que, no curso de nossas vidas, saibamos agir com sabedoria. E agir com sabedoria é conduzirmos nossas vidas valorizando as virtudes e os princípios éticos fundamentais, atuando sempre em defesa da dignidade humana, com lealdade, senso de justiça e coragem para enfrentarmos os desafios que a vida nos impõe. Em essência, devemos cumprir bem o nosso papel na vida, seja grande ou pequeno. Eis um segredo da vida que Sócrates nos revela: fazer bem feito a parte que lhe cabe. Tudo o que merece ser feito, deve ser bem feito.

Essa lição socrática me foi transmitida por meu pai, dentre várias outras. No entanto, por abstinência pudica, não ousei aqui enaltecer e elogiar as várias realizações e o legado deixado por meu pai, tampouco elencar todas as lições de vida e bons exemplos que nos ensinou. Esse panegírico o fez, com muita competência e emoção, nosso amigo Des. Artur Marques, a quem, mais uma vez manifestamos nossa profunda gratidão.

Meu pai era um grande amante da música clássica. Sempre foi um frequentador assíduo dos concertos promovidos pela OSESP, na sala São Paulo. Mas, nos seus últimos meses de vida, já bastante alquebrado e fragilizado pela moléstia que o acometia, somente lhe restava a possibilidade de ouvir as músicas de sua predileção no recolhimento do lar. Dentre elas, havia uma em especial, que ele ouvia com frequência. Era a Sinfonia Inacabada de Franz Schubert.

O austríaco Franz Schubert foi um dos grandes compositores do século XIX, cuja obra somente encontrou o



devido reconhecimento após sua morte. Faleceu aos trinta e um anos de idade, vítima das consequências deletérias de uma sífilis adquirida quando tinha 25 anos, mesma época em que compôs essa magistral peça musical.

Essa sinfonia acompanhou meu pai em seus últimos meses de vida. Ela a ouvia com constância e sempre se emocionava ao fazê-lo, gesticulando os braços como um maestro a conduzi-la. Melancólica sem eu início, onde predomina os violoncelos e contrabaixo, seguida por um solo de clarinete e oboé, a música se eleva num crescendo, numa explosão de grande riqueza melódica, conduzida pelos violoncelos e prontamente respondida pelos violinos. A peça tem uma sonoridade misteriosa e dramática, mas que também surpreende com momentos de tranqüila placidez lírica.

Permita-me Sr. Presidente que, nessa ocasião de reverência à memória de meu pai, eu evoque sua presença, trazendo-o espiritualmente para junto de nós por meio dessas notas musicais que ele tanto amava. Selecionei dois pequenos trechos da obra, com os quais almejo compartilhar com todos os presentes esse momento de profunda emoção. Que a música fale por si.

Em seguida, o presidente da Corte, desembargador **Manoel de Queiroz Pereira Calças**, falou do exemplo de conduta, procedimento e sabedoria que o magistrado transmitia. “Que o espírito de José Alberto Weiss de Andrade paire sobre todos nós, que nos inspire e consigamos seguir o modelo de homem que sempre foi.”

Também prestigiaram a solenidade o corregedor-geral da Justiça do TJSP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco; o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Getúlio Evaristo dos Santos Neto; o presidente da Seção de Direito Privado, desembargador Gastão Toledo de Campos Mello Filho; o presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia; o presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, juiz Paulo Prazak; o diretor da Escola Paulista da Magistratura, desembargador Francisco Eduardo Loureiro; o ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, desembargador Antonio Carlos Mathias Coltro; os ex-vice-presidentes do TJSP, desembargadores Marco César Müller Valente, José Gaspar Gonzaga Franceschini, Eros Piceli e Ademir de Carvalho Benedito; o ex-presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; desembargador Antonio Luiz Pires Neto, representando a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo; o membro do Programa da Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante, juiz Marco Antonio Martin Vargas; o ex-procurador-geral de Justiça de São Paulo Rodrigo César Rebello Pinho; o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, doutor José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; a viúva do homenageado, Maria Thereza Silveira de Andrade, os filhos Luiz Fernando e Carlos Eduardo; a filha Stela Julia; as noras Lia, Teresa Cristina e Maura; o genro Ezio; e os netos Julia, Mateus, Isadora, Camila, Rafael, Beatriz, Heitor, Fernando e Laura; desembargadores, juízes, integrantes da Defensoria Pública e do Ministério Público, advogados, familiares, amigos e servidores do Tribunal.

